



Universidade de Brasília

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Esta licença está disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

**Cultura Política: a Tentativa de
Construção de um Conceito Adequado à América Latina**

Henrique Carlos de O. de Castro¹

Introdução

O presente artigo tem como objetivo redimensionar o conceito de Cultura Política para a sua melhor utilização na realidade latino-americana. Parte do princípio de que um conceito, para ser entendido como tal, precisa ser universal, no sentido de ser aplicável a todas as situações em que for necessário. No entanto, se nenhuma ciência é neutra, as Ciências Sociais, e especificamente a Ciência Política, em função dos seus objetos e das suas naturezas, são particularmente sensíveis ao ambiente sociopolítico. É o que se vê no referido conceito. Ao ter sido construído no auge da Guerra Fria, o conceito de Cultura Política incorporou toda a carga ideológica de então, constituindo-se em um perfeito fruto do seu tempo.

O seu caráter provocativo, no entanto, deu uma grande popularidade ao conceito de Cultura Política. Logo, porém, no final dos anos 1960 e início dos 1970, houve uma reação à crescente proliferação do conceito, fruto do debate acadêmico da época, com a consequente diminuição do seu uso. A crítica, porém, não foi o suficiente para abafar a sua importância e, no final dos anos 1970, o conceito volta com força e vitalidade, superando inclusive o crescimento observado após o seu lançamento. Um dos motivos da retomada foi a possibilidade da realização de pesquisas de Cultura Política em diferentes culturas, muitas delas de caráter comparativo, dentre as quais se destaca a Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey – WVS*).

Se, no entanto, houve um significativo crescimento do uso de pesquisas de Cultura Política em nível internacional, o mesmo não se pode dizer em relação ao debate teórico sobre o conceito propriamente dito, que, no mais das vezes, limitou-se à discussão da sua relação com a democracia. Assim, uma etapa necessária para a consolidação do conceito

¹Doutor em Ciência Política (UFRGS, 2000). Professor do Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPAC/UnB). Pesquisador de Produtividade em Pesquisa – CNPq. Coordenador da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey – WVS*) no Brasil. E-mail: henrique@unb.br.

de Cultura Política foi desconsiderada, qual seja, a própria discussão da sua universalidade para a explicação da realidade, não apenas para a sua descrição. É justamente essa lacuna que este artigo pretende ajudar a preencher: retomar o debate teórico sobre o conceito de Cultura Política e, conseqüentemente, sobre a sua utilidade em pesquisas comparativas.

O artigo inicia com o resgate da origem do conceito, nos anos 50, ressaltando o ambiente político em que surge e o modelo de causalidade então inerente. A seguir, salienta as principais críticas feitas tanto a partir da aceitação do conceito, como as que foram feitas a partir de outros referenciais teóricos. Mais adiante, o artigo avança para enunciar o que chamei de “armadilha da Cultura Cívica”, característica inerente ao conceito tradicional de Cultura Política, mas dificilmente considerada na sua aplicação. Por fim, conclui com considerações sobre o uso do conceito para a realidade latino-americana.

O que é cultura política? De onde vem o termo?

A maioria dos conceitos utilizados nas Ciências Sociais são polissêmicos ou, no mínimo, sujeitos à polissemia, entendida aqui de maneira estrita: a possibilidade de existência de mais de um significado para uma palavra ou expressão. Esta característica dá um duplo sentido ao necessário debate teórico em um estudo acadêmico da política. Deve-se primeiramente delimitar o campo no qual se pretende atuar para, então, debater as diferentes compreensões teóricas que porventura houver.

Um estudo sobre cultura política pode ser incluído nos casos de possibilidade de confusão entre o conceito consagrado academicamente e as quase infinitas possibilidades de uso da expressão (Brint, 1994). Mais que isso, como colocam Elkins e Simeon (1979, p. 127), “cultura política é um dos conceitos mais populares e sedutores da Ciência Política, mas também o mais controverso e confuso”². Na mesma linha de análise, Gransow (1988, p. 632) argumenta, ao afirmar que “definir cultura política é como pregar um pudim na parede”³. Por sua vez, Archie Brown, na introdução do livro por ele editado sobre cultura política e comunismo, defende o conceito de cultura política como um “guarda-chuva conceitual”, sob o

2 “Political Culture is one of the most popular and seductive concepts in political science; it is also one of the most controversial and confused.”

3 “Defining political culture is like nailing a pudding to the wall.”

qual as várias e distintas concepções poderiam abrigar-se (Brown, 1984, p. 5)⁴. Ironicamente, talvez essa “confusão” conceitual tenha sido, em certa medida, positiva para o desenvolvimento e a proliferação do campo da cultura política, por permitir maior amplitude e liberdade do seu uso; no entanto, a ambiguidade talvez tenha sido demasiado grande, produzindo concepções quase antagônicas (Lane, 1992, p. 363).

Uma das origens da confusão está justamente nas duas palavras que compõem o termo cultura política. O conceito de cultura política consagrado na literatura não surge da união conceitual de “cultura” e de “política”, mas de uma proposição normativa. Na realidade, não se trata de adjetivar ou delimitar cultura⁵. A tentação de se unir estes dois conceitos para formar uma terceira categoria analítica pode constituir-se em um campo bastante promissor de debate teórico e de pesquisa empírica, mas provavelmente diferente do que tem sido o debate teórico da área na qual o presente artigo se enquadra⁶.

Dessa forma, cabe buscar o conceito de cultura política não a partir de considerações de ordem semântica ou de derivações de debates culturais, mas desde o seu surgimento como área de conhecimento da Ciência Política. E o conceito de cultura política em sua forma contemporânea foi introduzido pelo cientista político norte-americano Gabriel A. Almond em um artigo preparado para ser apresentado em uma conferência sobre Política Comparada em Princeton, em 1955, e publicado em agosto de 1956 (Almond, 1956)⁷.

O surgimento do conceito de cultura política se insere no esforço da Ciência Política norte-americana do pós-guerra de conhecer os fatores ligados à estabilidade democrática. A grande questão que se colocava então para a academia norte-americana era entender quais as condições necessárias para o estabelecimento da democracia – entendida como o sistema político norte-americano, em contraposição ao socialismo soviético – e para a

4 “Conceptual umbrella”.

5 Este é o erro de alguns críticos da cultura política, como se verá adiante.

6 Na realidade, existe um rico debate teórico sobre cultura e sua relação com a política, particularmente no que se convencionou chamar de *cultural studies*. No entanto, trata-se de uma tradição diferente da que trata o artigo. A este respeito, ver Storey (1996).

7 F. M. Barnard, em artigo de 1964, comenta que é surpreendente a omissão de qualquer referência ao filósofo J. G. Herder nos textos sobre cultura política da época, uma vez que teria sido ele o primeiro a utilizar a expressão “cultura política” no fim do século XVIII (Barnard, 1969, p. 392). Em trabalho originalmente publicado em 1980, Almond, em uma nota, remete a Barnard e comenta que quem introduziu o termo provavelmente foi Herder (Almond, 1989, p. 32).

sua manutenção. Mais que isso, como coloca Whitehead (1991), para a *imposição* do modelo político norte-americano⁸.

De fato, a Ciência Política norte-americana do pós-guerra era claramente orientada para a ação política, constituindo-se em um instrumento ideológico de compreensão e de intervenção na realidade⁹. Assim, em função disso, as teorias e os estudos empíricos realizados visavam, de alguma forma, a responder a uma, por assim dizer, dupla demanda: por um lado, reforçar e justificar a compreensão de supremacia da sociedade norte-americana como modelo a ser seguido; por outro, promover e justificar a política norte-americana (que primou por *impor* a democracia...) ¹⁰.

Neste ambiente, é lançado, em 1963, o livro *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries*, de Gabriel A. Almond e Sidney Verba (Almond; Verba, 1989a), que pode ser considerado a obra fundacional do campo de conhecimento da cultura política, por seu impacto e influência na Ciência Política. Sobre a influência do conceito, Guardino argumenta que a cultura política adquire espaço acadêmico menos por sua capacidade explicativa que por um trabalho incessante e agressivo dos seus autores no sentido de divulgá-lo¹¹. Em suas palavras,

The concept of political culture very quickly acquires a legitimacy in the social sciences that was far out of proportion with the results it had been able to produce – and the same legitimacy lingers today. Intellectual and academic entrepreneurship certainly played a role here. Early proponents [...] were aggressive and liberal in their use of concept, even before it had been given concrete definitional form. Almond especially was a forceful salesman. Beginning in his 1956 article, in which he provided only a brief definition for political culture, he used the term frequently and fluently. (Guardiano, 1995, p. 26-27)

8 O livro organizado por Abraham F. Lowenthal, em 1991, no qual se encontra o capítulo referido de Laurence Whitehead, dá um panorama bastante amplo da relação entre a academia e a política norte-americana (Lowenthal, 1991).

9 A este respeito, ver Lowi (1994).

10 Como se verá adiante, estes objetivos não explícitos (e, talvez, não conhecidos) em certa medida constituíram os limites das proposições do *The Civic Culture*.

11 É importante salientar que aquele trabalho foi um dos primeiros a utilizar dados de pesquisas coletados em vários países, o que implicou um estudo e conclusões pouco cautelosas, no dizer de Sidney Verba em trabalho de 1980. Esta pouca cautela, no entanto, suscitou um debate que permitiu a própria afirmação do conceito e do método de análise (Verba, 1989).

Sem entrar no mérito do argumento e considerando-o correto para efeitos analíticos, o espaço que a cultura política ocupou nos meios acadêmicos certamente não pode ser explicado unicamente por esforço individual, mas por ter alcançado intersubjetividade.

A tese que permeia todo o livro *The civic culture* é a de que existe uma relação causal entre a opinião da população e a possibilidade de surgimento do sistema democrático e a sua estabilidade, e que esta relação entre os fenômenos microanalíticos e os macroanalíticos pode ser conhecida empiricamente. A partir de *The Civic Culture*, a expressão cultura política passa a tornar-se cotidiana na Ciência Política, tanto por parte daqueles que utilizam as categorias introduzidas por Almond e Verba, como por aqueles que simplesmente negam a sua existência como instrumental de análise da realidade.

Em *The Civic Culture*, o conceito de cultura política está ligado fundamentalmente ao conhecimento do comportamento e das atitudes da população. Como argumenta Wilson (1992), isto se constituiria em um dos grandes defeitos da teoria da cultura política. Em suas palavras, “a major failure of political culture approach, in my view, has been an overconcentration on values and behavior per se at the expense of other variables. [...] Political culture, I suggest, is a part of the answer” (p. 12)¹². No entanto, esse achado não constitui uma falha, mas a maior qualidade do trabalho: a comprovação da existência de relação entre o que as pessoas pensam e a organização da sociedade. É importante considerar que essa hipótese subverte o caminho usual da análise política de até então: segundo ela, o centro explicativo da política deixa de ser as instituições políticas e passa a ser a população, com suas atitudes e ações (Castro, 1998; Baquero; Castro, 1996; Castro, 1996). É nessa tradição, incorporando os avanços que a partir de então houve, que o artigo se enquadra.

Embora não se limite ao estudo da opinião pública¹³, o conceito de cultura política tem com ela uma estreita relação, na medida em que se trata de alguma forma de relacionar o pensamento da população com as estruturas políticas. De fato, muito antes do advento da cultura política, a preocupação com a opinião pública tem sido uma constante nas

12 Na realidade, Almond e Verba fazem menção, em *The Civic Culture*, a aspectos outros que não unicamente os ligados a comportamento e atitudes, mas geralmente como argumentos secundários ou para justificar as suas premissas ou conclusões.

13 A partir do lançamento do famoso livro de Walter Lipmann, em 1922, a expressão opinião pública passa a ser cotidiana na academia norte-americana (Lipman, 1997). Sobre o uso do conceito de opinião pública em cultura política, ver Baquero (1997).

sociedades, especialmente do ponto de vista dos governantes¹⁴. Esses estudos sobre a opinião pública, no entanto, usualmente se restringiam ao campo da filosofia política ou, no máximo, à realização de inferências. Dessa forma, e com este sentido, pode-se afirmar que, embora o conceito tenha sido forjado no final da década de 50, a intuição sobre a existência de fenômenos políticos ligados ao que se convencionou chamar de cultura política não é recente, remontando à Antiguidade Clássica¹⁵. O que realmente diferencia os estudos dos últimos 30 ou 40 anos dos anteriores, então, não é o tema, mas a abordagem teórica e, acima de tudo, o instrumental metodológico (Baquero, 1997; Baquero; Castro, 1996; Moisés, 1995; Turner, 1995; Welch, 1993; Almond, 1990; Almond; Verba, 1989a; Almond; Verba, 1989b; Baquero; Prá, 1992; Catterberg, 1991; Seiler, 1985; Bill; Hardgrave Jr., 1973).

Durante as décadas de 50 e 60, as metodologias de pesquisa social quantitativa experimentam um crescimento enorme, o que, não por acaso, coincide com o surgimento e expansão do conceito e dos estudos de cultura política. A possibilidade de uso de sofisticadas metodologias quantitativas permitiu que fossem realizáveis estudos antes considerados impossíveis, como pesquisas *cross-national* ou *panel studies*. Um dos trabalhos que deve necessariamente ser mencionado, por sua importância histórica e por seu refinamento metodológico, é o clássico de Lazarsfeld e colegas, realizado em 1944, que deu origem aos estudos de comportamento político e eleitoral, constituindo-se em referência obrigatória para quem de alguma forma utiliza estudos quantitativos em Ciências Sociais: *The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. Em suma, essas técnicas permitiriam o conhecimento do comportamento da população e das relações existentes entre as opiniões sobre a democracia e a estabilidade democrática, inserido no paradigma então dominante. (Baquero, 1997; Baquero; Castro, 1996; Castro, 1996; Turner, 1995; Almond; Verba, 1989a; Almond; Verba, 1989b; Catterberg, 1991; Bill; Hardgrave Jr., 1973; Lazarsfeld; Berelson; Gaudet, 1964).

De fato, o desenvolvimento das técnicas de pesquisa social empírica no período do pós-guerra nos Estados Unidos permitiu que muitas das teorias ou hipóteses existentes pudessem vir a ser testadas. Dentre essas técnicas, destacam-se aquelas que estudam

14 Almond (1989) faz uma excelente revisão sobre as origens da opinião pública, embora com a preocupação estrita de justificar a utilização do conceito de cultura política na perspectiva da cultura cívica.

15 Um estudo aprofundado e abrangente sobre as origens da cultura política pode ser encontrado em Brint, 1991. Nesse estudo, o autor caracteriza três grandes tradições na formação da cultura política: a da sociologia francesa, a da filosofia cultural alemã e a da ciência política norte-americana. Sobre esse assunto, ver também Barnard, 1969; Almond, Verba, 1989b; e Almond, 1990.

diretamente as opiniões do eleitorado por meio de pesquisas tipo *survey*¹⁶, buscando descobrir a existência de regularidades e padrões nas atitudes das pessoas. Tal é a importância do desenvolvimento de tais técnicas, que Gabriel A. Almond, em livro no qual faz um balanço da Ciência Política norte-americana, compara o invento da pesquisa tipo *survey* com o do microscópio, na medida em que ambas as invenções permitiram, em suas respectivas áreas – ciências sociais e biologia –, uma melhoria na quantidade e na qualidade na coleta de dados e resolução dos problemas (Almond, 1990).

The Civic Culture: um modelo de causalidade

Almond e Verba definem a cultura política de uma nação como “a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os [seus] membros”¹⁷ (Almond; Verba, 1989a, p. 13). O conceito de cultura política é, dessa forma, estritamente relacionado em sua origem com o conhecimento das orientações políticas, ou seja, das atitudes¹⁸ da população em relação ao sistema político, seja no todo ou em suas partes, e em relação ao papel do indivíduo no sistema (Turner, 1995; Weil; Gautier, 1994; Baquero; Prá, 1992; Almond, 1990; Almond; Verba, 1989a; Almond; Verba, 1989b; Bill; Hardgrave Jr., 1973)¹⁹. Cabe salientar que, no desenvolvimento do seu conceito, os autores fundadores não constroem um modelo ou uma tipologia de orientação política, mas buscam em Parsons e Shils uma classificação:

- 1) “orientação cognitiva”, isto é, o conhecimento de e a crença no sistema político, nos seus papéis e nos seus titulares, seus “inputs” e “outputs”; 2) “orientação afetiva”, ou sentimentos sobre o sistema político, seus papéis, pessoas e desempenho; e 3) “orientação avaliativa”, o julgamento e as opiniões sobre os objetos políticos, que tipicamente envolve a combinação de padrões de valor bem como de critérios de valor com informações e sentimentos (Almond; Verba, 1989a, p. 14)²⁰.

16 Pesquisa tipo *survey* é um tipo de pesquisa social com metodologia quantitativa, que parte do princípio de que as opiniões podem ser manifestadas pela fala. O estudo agregado destas opiniões, colhidas em questionários estruturados, aplicados em uma amostra da população, permite que se possa, com o uso de análises especializadas, conhecer o seu comportamento político. A pesquisa tipo *survey* é o principal instrumento de coleta de dados em estudos de cultura política. Uma rápida, mas abrangente explicação do método de pesquisa tipo *survey* pode ser encontrada em Schwarz, Groves, Schuman, 1995.

17 “The political culture of a nation is the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation.”

18 Sobre o conceito de atitude política, ver Meynaud; Lancelot (1966).

19 Essa caracterização de cultura política por estes diversos autores nada mais é que a tradução quase literal do texto fundador *The Civic Culture*: “[...]the term ‘political culture’ thus refers to the specifically political orientations - attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system” (Almond; Verba, 1989a, p. 12).

20 “[...] ‘cognitive orientation’, that is, knowledge of and belief about the political system, its roles and the incumbents of these roles, its outputs, and its inputs; 2) ‘affective orientation’, or feeling about the political

Estas orientações seriam relacionadas com diferentes classes de objetos políticos (*classes of political objects*), ou seja, classes a que as orientações se referem, que, por sua vez, estariam organizadas em um gradiente que iria desde sentimentos mais genéricos (patriotismo, democracia etc.), passando por processos políticos (*inputs process*) e por processos administrativos (*outputs process*), até chegar ao papel do indivíduo (*self as object*). Os diferentes tipos de cultura política – paroquial, súdita e participante²¹ – resultariam do cruzamento das diferentes orientações com as classes de objetos políticos, em um Quadro 4x4, como se vê abaixo, em que os valores não seriam absolutos, mas tendências:

Quadro 1
Tipos de cultura política²²

Tipo de cultura política	Sistema em geral	Processos políticos	Processos administrativos	Indivíduo como participante
Paroquial	0	0	0	0
Súdita	1	0	1	0
Participante	1	1	1	1

Reproduzido de Almond; Verba (1989a, p. 16)

Os autores relacionam, então, os diferentes tipos de cultura política com os tipos de sociedade. Assim, “em geral, culturas paroquial, súdita ou participante seriam mais congruentes, respectivamente, com uma estrutura política tradicional, com uma estrutura autoritária centralizada e com uma estrutura política democrática” (Almond; Verba, 1989a, p. 20)²³. Esta é a grande primeira característica do modelo construído por Almond e Verba que merece aqui ser discutida: a proposta de causalidade entre um tipo de cultura política e um tipo de estrutura política.

Vale salientar que, em momento algum, Almond e Verba discutem, em *The Civic Culture*, o que entendem por democracia ou por estabilidade democrática, considerando os conceitos como dados ou premissas (Rennó, 1998; Castro, 1996; Guardiano, 1995; Pateman, 1989). Isto implica não a ausência de uma concepção, mas, ao contrário, uma

system, its roles, personnel, and performance; 3) ‘evaluational orientation’, the judgment and opinions about political objects that typically involve the combination of value standards and criteria with information and feelings”.

21 “Parochial, subject, participant”.

22 Os autores advertem que estes tipos puros de cultura política dificilmente existiriam em uma sociedade real e criam uma tipologia mais complexa, que envolveria Culturas Políticas mistas. A esse respeito, ver Pateman (1989), originalmente publicado em 1980.

23 “In general, a parochial, subject, or participant culture would be most congruent with, respectively, a traditional political structure, a centralized authoritarian structure, and a democratic political structure.”

naturalização do modelo de democracia liberal, consagrado nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Todo o desenho da pesquisa que embasa *The Civic Culture* (perguntas, pressupostos, países estudados etc.) leva, aliás, à seguinte conclusão:

[...] o desenvolvimento de um governo democrático estável e efetivo depende de mais do que das estruturas política e de governo: depende das orientações que o povo possui em relação ao processo político - depende da cultura política. **A não ser que a cultura política seja capaz de sustentar um sistema democrático, as possibilidades de sucesso de tal sistema são escassas**²⁴. (Almond; Verba, 1989a, p. 366) (grifo meu).

Para os fundadores da cultura política, a cultura cívica é uma cultura “nem tradicional, nem moderna; [...] uma cultura pluralista baseada na comunicação e na persuasão, uma cultura do consenso e da diversidade, uma cultura que permita a mudança, mas a modere”²⁵ (Almond; Verba, 1989a, p. 6). A cultura cívica englobaria o modelo de “racionalidade-ativista da cidadania democrática”²⁶ (Almond, 1989, p. 16) – ou seja, o modelo segundo o qual todo o cidadão deveria envolver-se em política, com uma participação informada, analítica e racional – combinando-o com os seus opostos de “passividade, confiança, deferência à autoridade, bem como de competência”²⁷ (Almond; Verba, 1989a, p. 338). A causalidade se verifica porque, na visão de Almond e Verba, a predominância de um padrão de cultura cívica em determinada população é uma das condições necessárias para a existência da democracia e da sua estabilidade.

As críticas ao modelo

Desde o lançamento do conceito de cultura política por Almond e Verba, uma série de críticas surgiram, que podem – *grosso modo* – ser divididas entre aquelas que simplesmente não aceitam a existência de uma cultura política (geralmente por pertencerem a outra tradição teórica), aquelas que propõem uma redefinição do conceito (usando outras premissas teóricas) e aquelas que propõem uma reformulação do conceito a partir da tradição de *The Civic Culture*.

24 “[...] the development of a stable and effective democratic government depends upon more than the structures of government and politics: it depends upon the orientations that the people have to the political process - upon the political culture. Unless the political culture is able to support a democratic system, the chances for the success of that system are slim.”

25 “[...] Neither traditional nor modern [...] a pluralistic culture based on communication and persuasion, a culture of consensus and diversity, a culture that permitted change but moderated it.”

26 “‘Rationality-activist model’ of democratic citizenship.”

27 “Passivity, trust, and deference to authority and competence.”

a) O debate fora do debate

Um exemplo paradigmático de crítica externa ao debate da cultura política, na perspectiva de Almond e Verba pode ser encontrada no livro *Culture et politique*, de Bertrand Badie (1993). O autor, seguindo a tradição francesa, trata a relação da cultura e da política a partir de uma visão sociológica e antropológica, referindo-se preconceituosamente ao conceito de Almond e Verba como “ciência política da cultura” (que seria a antípoda de uma real e verdadeira “sociologia política da cultura”). O seu principal argumento é que

il convient d’abord de reconstituer une sociologie politique de la culture, à partir d’un examen de ses sources, c’est-à-dire l’héritage anthropologique et la théorie sociologique, comme de ses évolutions récentes plus ou moins heureuses, celles de la science politique empirique comme celle de la sociologie historique (Badie, 1993, p. 6).

O autor, em outro momento, comenta quais as contribuições da sociologia histórica para a análise da cultura :

l’apport de la sociologie historique à l’analyse de la culture est double: il permet, d’une part, d’interpréter les différentes trajectoires du développement politique; il révèle, d’autre part, l’irréductible pluralité des constructions du politique dans le monde contemporain (Badie, 1993, p. 71).

Badie dedica um capítulo à crítica do conceito de cultura política introduzido por Almond e Verba, que adjetiva de “abusivement autonome” (Badie, 1993, p.43). Sem entrar no mérito da adjetivação feita pelo autor – que do ponto de vista lógico implica a existência de uma autonomia que não seria abusiva, mas que Badie não explicita –, a sua crítica peca por supor que o conceito de cultura política é uma parte da cultura como um todo, desconsiderando a utilidade analítica do conceito. Esse pressuposto, que não encontra fundamento na teoria da cultura política, mesmo considerando os seus primeiros momentos, enfraquece a crítica na medida em que erra o foco.

O equívoco dessa tradição de crítica está em postular que, uma vez que a cultura política é unicamente uma parte da cultura (entendida de maneira geral), os mesmos instrumentais de estudo cultural deveriam ser utilizados pela cultura política. Duplo erro! O primeiro é querer que a cultura política seja um tipo especial de sociologia da cultura, que

definitivamente não é o que o conceito propõe e que tem sido a sua tradição teórica. O segundo, talvez mais importante, em função de poder ser entendido como uma crítica efetiva por tratar de método, é considerar que existe uma única forma absoluta e definitiva de se estudar a cultura. Ora, se a cultura política é na verdade uma sociologia da cultura e se existe uma única forma de se estudar cultura, estudos que não se enquadrem nessa tipologia seriam equivocados. A tentativa de naturalizar a ciência, no sentido de desconsiderar ou menosprezar aportes diferentes dos aceitos por determinada concepção teórica, não é nova, mas tais intentos tendem a perder sustentação por falta de respaldo teórico.

Como se viu acima, uma das explicações para a polêmica em torno do conceito de cultura política pode ser encontrada justamente no apelo da expressão. O que Almond e Verba propõem é a construção de um outro conceito, ligado às atitudes em relação ao sistema político. O uso da palavra “cultura”, que tantas críticas propiciou, se deu, nas palavras de Almond e Verba, “because it enables us to utilize the conceptual framework and approaches of anthropology, sociology and psychology” (Almond; Verba, 1989a, p. 12). Ou seja, a expressão foi cunhada menos por uma preferência *a priori* de estudos culturais, que por permitir a incorporação de instrumentais teóricos e empíricos de outras áreas de conhecimento, dentro da tradição das ciências sociais norte-americana.

Já em relação à crítica do método, Badie se equivoca ao considerar, de forma intempestiva, que somente existe uma maneira de se estudar a cultura, o que não corresponde sequer à tradição dos estudos de cultura. De forma sintética, podem-se considerar duas grandes vertentes desse tipo de estudo: uma que se baseia em uma abordagem *variable-oriented*, ou seja, que estuda a cultura e o comportamento a partir de determinadas variáveis intrínsecas; outra, que pode ser chamada de *process-oriented*, ou seja, que procura ver o fenômeno cultural como um todo, sem considerar as suas partes (Miles; Huberman, 1994). O tipo de estudo preconizado por Badie enquadra-se no segundo grupo, mas a cultura política na visão de Almond e Verba, no primeiro. Dessa forma, a crítica de Badie se perde porque não considera que se trata de formas distintas de estudo.

Badie, porém, em outro momento, afina a sua crítica, procurando encontrar problemas epistemológicos nos estudos de cultura política propriamente ditos. Segundo o autor,

La 'culture civique' est d'abord assimilée à une somme de comportement **individuels** envers la démocratie, tels qu'ils sont isolés par le sondage; elle ne laisse donc aucune place ni aux institutions, ni à l'effet propre des interactions sociales, considérées comme le pur reflet des comportements individuels. (Badie, 1993, p. 46-47) (grifo do autor).

Aqui se encontra um exemplo de construção de um argumento circular. Badie sobrevaloriza o conceito de cultura cívica para posteriormente desqualificá-lo. De fato, pode-se considerar que, em muita medida, o trabalho seminal da cultura política caiu no erro de considerar a existência de um caminho (quase) linear entre comportamento e instituições. No entanto, não se trata da “soma dos comportamentos individuais”, pois não é assim que se analisa uma pesquisa tipo *survey*, o que demonstra ou desconhecimento ou preconceito por parte do autor dos princípios teóricos de estudos quantitativos. Se a coleta de dados se dá no nível individual, a análise se dá no agregado, considerando a amostra como um todo, que deve, dentro de determinados limites, representar a população. No entanto, Badie está correto quando aponta a limitação da maioria dos estudos da tradição iniciada por Almond e Verba aos aspectos comportamentais.

A crítica de Badie chega ao seu ápice quando o autor, de forma definitiva e categórica, afirma que

Toute cette construction, parce qu'elle confond culture et comportement, parce qu'elle est finaliste, parce qu'elle repose sur une autonomisation abusive et 'a priori' du politique, tend à conférer, en fin du compte, au concept de culture un status explicatif, pour le moins ambigu et en fait erroné. (Badie, 1993, p. 56)

Na verdade, a teoria da cultura política não confunde cultura com comportamento, mas conceitua e operacionaliza o conceito de outra forma, como foi visto acima. Além disso, em Almond e Verba, cultura e cultura política são conceitos distintos, que eventualmente se contraporiam. Dessa forma, um eventual caráter explicativo poderia haver na cultura política, não na cultura em geral. Há aqui outro equívoco de Badie (talvez o seu maior): não ser explicativo, mas predominantemente normativo, é, como se verá adiante, uma das grandes limitações do conceito cunhado por Almond (1956).

Cabe salientar, porém, que certas críticas do autor em relação à cultura política são relevantes, embora não sejam originais. A mais importante crítica não é em relação à

cultura política propriamente dita, mas a assunção encontrada em *The Civic Culture* de que haveria somente um tipo de democracia, intrinsecamente ligada à cultura cívica:

Elle [*scil.* a cultura cívica] conduit [...] à postuler l'existence d'une formule unique de démocratie et à se priver ainsi de toute la richesse de l'hypothèse culturaliste qui suggère au contraire que chaque système de significations et donc chaque histoire sont producteurs d'un modèle de démocratie qui ne saurait s'aligner sur aucun modèle normatif défini 'a priori'. (Badie, 1993, p. 56)

A crítica de Badie ao conceito de cultura política tem como objetivo desqualificar o instrumental teórico e metodológico como instrumento de compreensão e análise da realidade. Neste sentido, não participa do debate, mas o nega. Isso, no entanto, não desmerece o trabalho de Badie, uma vez que participa de uma outra tradição acadêmica. O importante nesse tipo de crítica, que nega o conceito sem participar do seu debate, é a sua utilidade como contraponto ou elemento heurístico. Em relação ao conceito de cultura política, Badie não apresenta alternativas, mas uma outra concepção teórica e epistemológica.

b) A crítica da cultura política sob outros referenciais: Eckstein, Wildavsky e Gramsci

A perspectiva analítica de Almond e Verba, no entanto, não é a única que utiliza ou procurou utilizar a cultura como explicação do fenômeno político, em particular, da democracia. Dentre elas, se destacam três outras perspectivas teóricas, que em certa medida concorrem com a cultura política de Almond e Verba.

A primeira delas é a hipótese da congruência (Eckstein, 1966), contemporânea e em certa medida uma resposta ao *The Civic Culture*. O autor argumenta que a Noruega é uma democracia estável – mesmo que se trate de “[...] other kind of stable government” (Eckstein, 1966, p. 135) –, apesar de não se enquadrar no modelo de cultura cívica. No entanto, e isso é o que importa para essa discussão, o argumento central é que uma sociedade dividida, como a norueguesa, na concepção do autor, pode efetivamente ser democrática, ao contrário do que prega o modelo da cultura cívica. Segundo Eckstein,

Norway is not in that respect [political division] the sort of country Almond and Verba depict as their ideal civic culture: one sufficiently divided by specific disagreements to give point to democratic competition, but solidly integrated at its subjective and objective core. It presents, in a way, just the opposite picture. (1966, p. 63).

Para o autor, a Noruega possui uma sociedade democrática por razões distintas das apresentadas em *The Civic Culture*. A tese de Eckstein é que uma sociedade tende a ser estável quando o seu padrão cultural permitir uma congruência entre a sociedade e o governo. Em suas palavras, “a government will tend to be stable if its authority pattern is congruent with the other authority patterns of the society of which it is a part” (1966, p. 234). Em outro momento, Eckstein afirma que “[...]democracies (and perhaps also other forms of rule) tend to be stable if government and social authority are highly congruent – if they involve considerable resemblances and thus have a certain fit”. (1966, p. 186). O autor entende que deve haver um certo nível de consenso na sociedade para que ela possua estabilidade política, mesmo a democrática.

No caso da sociedade norueguesa, segundo o autor, a explicação cultural da estabilidade da sociedade norueguesa é o sentimento comunal: “Norwegian authority patterns are in that sense keys to understand both the sources and the political consequences of Norway’s communal sentiments.” (1966, p. 135). Dito de outra forma, segundo o autor, não basta pensar em um cidadão participativo e ativo para que se tenha democracia, mas uma sociedade na qual os valores culturais sejam congruentes. Não se trata, neste sentido, uma visão antagônica à de Almond e Verba, mas, em certa medida, complementar, uma vez que – mesmo sem se tratar de um estudo no nível individual – considera que as atitudes em relação ao sistema são importantes (mesmo fundamentais) para o estabelecimento da democracia. A diferença fundamental é que Eckstein não cria um estereótipo de cidadão democrático, sem o qual a democracia não poderia existir.

Um outro autor que estuda a relação entre política e cultura em uma perspectiva complementar ao conceito de cultura política é Aaron Wildavsky. Em artigo lançado em 1987, o autor argumenta que as preferências políticas são constituídas a partir da cultura. A partir do modelo desenhado por Mary Douglas (Douglas, 1970; 1982, *apud* Wildavsky, 1987), o autor constrói uma tipologia de quatro estilos de vida, combinando duas variáveis: o número e a diversidade de regras e intensidade das limitações grupais. Wildavsky, no entanto, não define o que entende por cultura, mas a caracteriza: “the strength or weakness of group boundaries and the numerous or few, varied or similar, prescriptions binding or freeing individuals are the components of their culture” (Wildavsky, 1987, p. 6).

O esquema do autor se baseia em um Quadro 3 x 2, como o que se vê abaixo, adaptado de Mary Douglas (Douglas, 1970; 1982, apud Wildavsky, 1987, p. 6):

Quadro 2
Tipologia de estilos de vida

Número e variedade de regras	Intensidade das limitações grupais	
	Fraca	Forte
Numerosas e variadas	Apatia (Fatalismo)	Hierarquia (Coletivismo)
Poucas e similares	Competição (Individualismo)	Igualdade (Igualitarismo)

Reproduzido de Wildavsky, 1987, p. 6

Wildavsky explica o quadro e os diferentes estilos de vida da seguinte maneira:

Strong groups with numerous prescriptions that vary with social roles combine to form hierarchical collectivism. Strong groups whose members follow few prescriptions form an egalitarian culture, a shared life of voluntary consent without coercion and inequality. Competitive individualism joins few prescriptions with weak group boundaries, thereby encouraging evernew combinations. When groups are weak and prescriptions strong – so that decisions are made for them by people on the outside – the culture is fatalistic. (Wildavsky, 1987, p. 6)

O centro da proposta de Wildavsky é apresentar um modelo que faça frente aos “esquemas”, que seriam nada mais que utilização de conceitos consagrados com novos nomes. Trata-se de uma crítica ao modelo de cultura cívica de Almond e Verba, embora o autor não faça referência direta, em momento algum em seu artigo, que foi o discurso presidencial de abertura da 82ª Reunião Anual da *American Political Science Association*, em 1986. O problema maior dos “esquemas” a que se refere Wildavsky, segundo o autor, seria o fato de não apresentarem um contexto sistemático a partir do qual as preferências culturais (e consequentemente políticas) se originariam.

O grande mérito da proposta de interpretação cultural da democracia de Wildavsky é introduzir o elemento grupo social na análise de cultura política. No entanto, o autor peca por não instrumentalizar o modelo proposto ou ao menos apontar para a sua instrumentalização. Desta forma, mesmo sendo uma proposta que teoricamente poderia fazer avançar o conceito de cultura política, não se materializou em outros estudos de natureza empírica.

Uma outra concepção de cultura política, embora sem sequer utilizar a nomenclatura, será encontrada na teoria de hegemonia de Antonio Gramsci. Este polêmico conceito, construído a partir de Marx, possui uma relação dialética com o conceito de dominação, na medida em que a função de liderança econômica, social, intelectual e moral da(s) classe(s) (ou frações de classe) hegemônicas (*dominantes*) forma ou constitui um **consenso** (a partir dos valores destas classes), que é, na visão de Gramsci, uma forma de dominação mais eficaz que a coerção (Gramsci, 1995). A hegemonia de uma classe, fração de classe ou conjunto de classes no poder se manifestaria através do “[...] consentimento ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante”²⁸ (Gramsci, 1995, p. 12).

Segundo esta teoria, os setores dominantes da sociedade - *a fração no poder* - constroem uma hegemonia que é simultaneamente a garantia e a justificativa de seu domínio. Em outras palavras, os setores hegemônicos constituem um sistema de crenças e de valores que passam ser os considerados *sensu comum*, ao mesmo tempo em que essas crenças e valores, por sua vez, são constituintes da sociedade. Dessa forma, os valores e crenças hegemônicos - que se manifestam na cultura política - são, ao mesmo tempo, uma apreensão e uma construção dinâmica da realidade a partir de uma determinada concepção de mundo.

Do ponto de vista de Gramsci, com base em Marx e Lênin²⁹, é a divisão da sociedade em classes antagônicas o que explica a origem da desigualdade social. Numa sociedade de classes, uma delas (ou várias, ou uma fração de classe) detém o poder político, utilizando-se para tanto de todos os meios disponíveis, desde a opressão física (através da repressão aos movimentos que possam de alguma forma ameaçar o poder da classe) até (e principalmente, para Gramsci) mecanismos de dominação ideológica.

No caso da sociedade capitalista, a fração no poder é ligada ao capital e aos seus interesses. Dessa forma, a sua atuação mais ampla será no sentido de garantir a manutenção e reprodução do capital, fazendo uso dos mecanismos aos quais tem acesso. Como a exclusão social é inerente ao desenvolvimento do capitalismo dependente (Fernandes,

28 “The ‘spontaneous’ consent given by the great masses of the population to the general direction imposed on social life by the dominant group.”

29 Embora haja tentativas de interpretar Gramsci apesar de e até contra Marx e principalmente Lênin, os pseudônimos por ele utilizados em seus escritos na prisão, como forma de burlar a censura, denotam claramente o seu posicionamento. Para citar Marx, por exemplo, utilizava “o fundador (ou o corifeu) da filosofia da práxis”, à qual se afiliava; para Lênin, “o maior teórico moderno da filosofia da práxis” (Gramsci, 1980).

1987), setores da população cada vez maiores tendem a ficar à margem da distribuição da riqueza social.

A existência de uma sociedade que exclui econômica e socialmente, porém, não implica uma atitude passiva por parte de quem é excluído. Já foi dito que nenhum povo se deixa morrer de fome sem lutar e, em vários momentos, o conflito latente passa a ser manifesto, havendo disputa e confronto nos campos político, econômico e social. Se considerarmos que se trata do interesse de uma fração no poder ligada ao capital, o mais fundamental de todos estes campos é o econômico: para defender a estrutura econômica em vigência, são tomadas todas as medidas necessárias (violentas, se for o caso).

Nos demais campos, contudo, há uma maior amplitude de ação ou de negociação. Em consequência, há uma maior possibilidade de haver mudanças políticas e sociais, dentro do marco institucional da ordem capitalista³⁰. E uma das mudanças políticas seria justamente a progressiva ampliação da cidadania, sem que haja uma modificação na estrutura econômica que fundamenta a exclusão.

O resgate do conceito de hegemonia é relevante porque incorpora a dimensão do poder ao debate da cultura política, usualmente não considerada nas análises. Assim, vai além da caracterização e descrição dos fenômenos do comportamento político ou da postulação de determinado tipo de cultura política.

Uma leitura combinada das soluções propostas por Eckstein, Wildavsky e Gramsci pode dar pistas sobre modelos alternativos no uso do conceito de cultura política. O modelo de congruência de Eckstein abre caminho para uma visão que vá além da cultura cívica como condição necessária para a existência da democracia³¹. Já a visão de Wildavsky permite que se pense a cultura política como dependente da intensidade das relações sociais (ou grupais). Por fim, Gramsci abre caminho para a compreensão da cultura política como fator constituinte das relações de poder na sociedade. Em síntese, uma concepção alternativa de cultura política deveria encampar a contribuição de Eckstein, de que, mais importante que um estereótipo de cidadão, devemos conhecer a sociedade na qual ele se encontra e verificar

30 Naturalmente, mudanças políticas e sociais implicam mudanças econômicas ou, ao menos, concessões econômicas. No entanto, estas mudanças econômicas não alteram a estrutura excludente.

31 O debate sobre a cultura cívica e democracia será feito adiante.

se cidadão e sociedade são congruentes. Da mesma forma, as contribuições de Wildavsky permitem que se pense o cidadão como parte de um grupo, com o qual interage e do qual sofre influências. Já Gramsci nos dá uma proposta de como unir as atitudes no nível micro com o contexto social por intermédio do conceito de hegemonia, ampliando a cultura política para além do estudo das atitudes.

As críticas ao modelo de cultura política a partir de dentro

As críticas ao modelo de cultura política não se limitaram àquelas feitas desde fora. Uma série de autores que têm como referencial o modelo construído por Almond e Verba também trataram de estudar as limitações do conceito e de propor alternativas. E a própria existência de uma relação entre cultura política e democracia, uma das principais conclusões de *The Civic Culture*, é questionada. Carole Pateman, por exemplo, argumenta que essa relação pode ser questionada, uma vez que pode ser considerada tanto uma conclusão como uma premissa do trabalho. Em suas palavras:

That the civic culture is a mixed culture is both an assumption or a premise which structures the argument of 'The Civic Culture' as a whole and a conclusion. The empirical evidence presented in the body of the study confirms the assumptions about the civic culture with which we begin in chapter 1 – and these conclusions about the proper role of the citizen in a democracy. (Pateman, 1989, p.68).

Mesmo que se considere a existência da relação, ela é “precisa, mas não muito informativa”³² (Welch, 1991, p. 14). Mais difícil é dizer em que sentido se dá tal relação. No dizer de Muller e Seligson (1994, p. 635), a relação causal entre cultura política e democracia é, na realidade, “uma importante questão não resolvida”³³. Diversos autores têm debatido a questão, sem que haja, contudo, um consenso na literatura: além dos pesquisadores que não encontram evidências de uma relação (causal ou não) entre cultura política e democracia, ou, de maneira mais genérica, entre cultura política e estrutura política, há aqueles que simplesmente desconsideram a própria possibilidade da sua existência.

Este é o caso de Susan Tiano. A partir de consagrado trabalho quantitativo no qual analisa a cultura política na Argentina e no Chile nos anos 60, conclui que não se pode, para aqueles casos, estabelecer uma relação causal entre cultura política e estrutura política.

32 “The relationship between political culture and democracy is accurate; but not very informative”.

33 “An important unresolved question”.

Partindo da hipótese de que o Chile teria uma cultura política mais democrática que a Argentina, em função de questões históricas, e que isto implicaria uma maior adesão à democracia pelos chilenos, a autora conclui que não houve diferenças estatisticamente significantes entre as atitudes de trabalhadores de ambos os países que pudessem sustentar a existência de uma relação entre estrutura e cultura política (Tiano, 1986)³⁴.

A conclusão semelhante chegam Edward Muller e Mitchell Seligson. Em seu estudo, que contou com dados coletados em 27 países, os autores afirmam que os resultados de sua “análise das relações causais entre níveis de atitudes de cultura cívica³⁵ e mudanças no nível de democracia não sustentam a tese de que as atitudes de cultura cívica são a principal ou mesmo uma importante causa da democracia”³⁶ (Muller; Seligson, 1994, p. 647). Este trabalho amplia a base de estudo anterior de Seligson com outro colega, no qual não encontram evidências de atitudes autoritárias em uma amostra de trabalhadores e de membros de classe média no México. Segundo os autores, este achado questionaria a existência de relação entre cultura política e estrutura política³⁷ (Booth; Seligman, 1984).

Da mesma forma, em estudo de 1979, David Elkins e Richard Simeon argumentam que a cultura política é na verdade um importante instrumento de estudo empírico, mas com importantes limitações explicativas:

[...] the most significant feature of our approach is its sharp distinction between political culture as a descriptive category and as an explanation. Political culture as descriptive of a collectivity entails only that the group exhibits a given range and distribution of (largely unconscious) assumptions about its political life. Cultural **explanations**, on the other hand, utilize this information in conjunction with structural features to account for the **differences between collectivities** on certain dependent variables. The use of culture for explanation, therefore, must always be comparative. (Elkins; Simeon, 1979, p. 131) (grifos dos autores).

Os autores consideram a cultura política uma ferramenta eminentemente exploratória, que deveria ser utilizada em conjunto com outras variáveis. Eles estão corretos

34 A autora é prudente com as suas afirmações, em especial no que tange à possibilidade de inferência estatística: “Because the samples on which this study is based do not represent the entire Argentine and Chilean populations, [...] caution must be employed in interpreting these findings”. (Tiano, 1986, p. 87).

35 A discussão sobre cultura cívica encontra-se mais abaixo, neste mesmo capítulo.

36 “The results of our analysis of causal linkages between levels of civic culture attitudes and change in level of democracy are not supportive of the thesis that civic culture attitudes are the principal or even a major cause of democracy.”

37 Pode-se argumentar que os autores, na realidade, confirmam a tese de Almond e Verba da existência de subculturas políticas. No entanto, para os objetivos deste debate, mais importante que questionar a consistência do trabalho, é conhecer as suas conclusões.

ao argumentar que “[...] culture as an explanation is seldom direct and seldom operates alone. Rather, it is generally permissive and almost always acts in conjunction with other variables [...]”, mas isso não implica necessariamente que “political culture should seldom be seen as competing with other variables, but as a complement to them”, como afirmam os autores (Elkins; Simeon, 1979, p. 140). Ao contrário, o fato de os valores culturais serem mais amplos somente reforça que o instrumental da cultura política possa ser utilizado como uma privilegiada ferramenta analítica da realidade. Ao corretamente colocarem a cultura política como parte da sociedade e concluírem mecanicamente que – em função disso – ela perde o poder explicativo, os autores jogam fora a criança com a água suja do banho.

Estes trabalhos, que sustentam a inexistência de relação alguma entre cultura política e estrutura política, pecam por ter incorrido no que Wright Mills (1967) denominou de *empirismo abstrato*, ou seja, a sobrevalorização dos achados empíricos em detrimento da sustentação teórica. O mais importante, porém, é que reforçam a concepção de uma cultura política *abusivamente autônoma*³⁸, no dizer de Badie (1993, p. 43). Como sustenta Wiatr (1989, p. 113), a “interdependência entre cultura política e estrutura política é, de fato, um dos aspectos mais importantes da teoria política”³⁹.

Os estudos que relacionam cultura política e estrutura política, por sua vez, se dividem basicamente em duas posições. Uma primeira, que entende que existe um caminho unilinear na relação entre democracia e cultura política: uma cultura cívica (no dizer de Almond e Verba) pode ter um efeito na democracia, mas a democracia não tem efeito na constituição de uma cultura cívica (Dahl, 1971; Almond; Verba, 1989a; Inglehart 1988; 1990; 1997). Uma outra, que parte do princípio de que a cultura política também pode ser influenciada pela democracia (Dahl, 1990a⁴⁰; Catterberg, 1991; Muller; Seligson, 1994). Nenhum destes estudos, porém, imputa unicamente à cultura política a responsabilidade pelo estabelecimento da democracia ou por sua estabilização⁴¹.

38 “Une culture politique abusivement autonome.”

39 “Interdependency between political culture and political structure is, in fact, one of the most important aspects of political theory.”

40 A aparente contradição nas posições de Dahl se deve ao fato de que ele, em certos casos, afirma que uma poliarquia somente pode existir se houver um decidido apoio por parte das elites políticas e econômicas da sociedade; em outros, afirma que, como as mudanças de estrutura políticas são geralmente mais rápidas que as culturais, um país que desenvolva uma sociedade pluralista moderna mais provavelmente desenvolverá e sustentará crenças e atitudes mais favoráveis à poliarquia.

41 Mesmo Almond e Verba argumentam que a cultura política é um dos fatores que permitiria a existência da democracia.

Diamond e Linz, por exemplo, argumentam que o desenvolvimento e a manutenção da democracia é *grandemente facilitado* por valores e comportamentos ligados a tolerância, moderação etc. (Diamond; Linz, 1989). A esta mesma conclusão chegam os autores do livro editado por Diamond em 1993. O argumento básico é que “a mudança no status, na força ou na estabilidade da democracia raramente ocorre sem algum envolvimento visível de mudanças (ou não) da cultura política”⁴² (Diamond, 1993, p. 27). A uma conclusão semelhante chega Ronald Inglehart (1997). Em seu estudo sobre os valores culturais pós-modernos nas sociedades industriais avançadas, o autor afirma que, embora a cultura política não seja o único fator, ela certamente exerce um papel fundamental para a consolidação da democracia e para a sua manutenção por um longo período.

O ponto polêmico, no interesse presente, não é, porém, a existência de relação entre cultura política e estrutura política, que parece ser consensual entre os estudiosos do tema, mas um corolário da concepção de causalidade: a construção e as implicações do conceito de cultura cívica.

A armadilha da cultura cívica

A principal e mais séria crítica diz respeito aos pressupostos da obra *The Civic Culture*, ou seja, a postulação de um determinado tipo de cultura política como requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia, no caso, a cultura cívica existente no Estados Unidos e na Grã-Bretanha (Rennó, 1998; Castro, 1996; Guardiano, 1995; Moisés, 1995; Chilcote, 1994; Badie, 1993; Welch, 1993; Pateman, 1989; Wiatr, 1989). A postura de Almond e Verba de defesa da democracia liberal como o modelo ideal de sociedade é coerente com a Ciência Política norte-americana da época do pós-guerra, ou como sugere Verba (1989, p. 407), com a resolução “[...] do quebra-cabeças da substituição de regimes democráticos por autoritários no entre guerras”⁴³. Ou, como coloca Guardiano (1995, p. 4), o erro está na ênfase na “[...] system stability and on a normatively conceived democracy – not democracy **per se**, but democracy as **opposed** to fascism, communism, or non-democratic traditional forms of political organization.”

42 “[...] change in status, strength, or stability of democracy rarely occurs without some visible involvement of a changing - or unchanging - political culture.”

43 “Social science at that time was still trying to solve the puzzle of the pre-World War II replacement of democratic regimes by totalitarian ones.”

O problema maior não consiste na defesa normativa de um determinado tipo de sociedade (isso é inerente à ciência social), mas na sua imposição como superior. Utilizando outros métodos de análise, Fukuyama (1990) chega à mesma conclusão, quando argumenta que a história teria chegado a um fim, ou seja, que não teria mais como evoluir além da democracia liberal ocidental. Esta perspectiva, além de ser etnocentrista e normativa, não considera, o que é mais importante, que as diferentes culturas políticas são fruto de diferentes experiências históricas e que não necessariamente caminham para uma mesma conformação institucional.

A proposição dos fundadores do campo de conhecimento conhecido por cultura política, porém, apesar das críticas (e mesmo autocríticas) posteriores, possui tal força argumentativa, que muitos dos estudiosos contemporâneos continuam a basear os seus trabalhos, mesmo implicitamente, na necessidade da constituição de uma cultura cívica nos moldes das encontradas por Almond e Verba em seu estudo de 1963⁴⁴. Como exemplos de estudos que caem nesta armadilha (ou que aceitam a premissa, mesmo implicitamente) e que dizem respeito ao artigo, devem ser citados dois importantes livros cuja análise se funda em vasta base de dados coletados respectivamente na Argentina e no Brasil: *Argentina frente a la política*, de Edgardo Catterberg, e *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*, de José Álvaro Moisés (Catterberg, 1991; Moisés, 1995)⁴⁵. Ambos os autores, nos livros citados, analisam as Culturas Políticas de seus países utilizando basicamente variáveis atitudinais, limitando-se no fundamental ao modelo analítico proposto em *The Civic Culture*.

O estudo de Edgardo Catterberg pode ser considerado o mais completo sobre a cultura política argentina, não apenas por sua abrangência de análise, mas principalmente pela então inexistência de *surveys* realizados com amostras nacionais na Argentina⁴⁶. A proposta do autor é verificar a “relação entre cultura e instituições, por um lado, e estruturas políticas

44 É importante salientar que aquele trabalho foi um dos primeiros a utilizar dados de pesquisas tipo *survey* coletados em vários países, o que implicou um estudo e conclusões pouco cautelosas, no dizer de Sidney Verba em trabalho de 1980. Esta pouca cautela, no entanto, suscitou um debate que permitiu a própria afirmação do conceito e do método de análise (Verba, 1989).

45 Na realidade, a maioria dos estudos sobre cultura política caem nessa armadilha: ou por aceitarem a existência de pré-requisitos para a democracia, ou por aceitarem a própria democracia como fim.

46 O trabalho de Catterberg tampouco utiliza amostras nacionais. No entanto, se baseia em uma série de pesquisas realizadas em diferentes momentos e com amostras que não se limitam unicamente aos grandes centros urbanos.

democráticas, por outro”⁴⁷ (Catterberg, 1991, p. 5). Catterberg conclui que as “instituições podem influenciar a criação de hábitos favorecendo rotinas democráticas”⁴⁸ (1991, p. 109). Ao mesmo tempo, salienta que a estabilidade política pode facilitar o crescimento econômico, que, por sua vez, indiretamente sedimentará a própria estabilidade.

O livro de José Álvaro Moisés, como o próprio título indica, pretende identificar as bases sociopolíticas da legitimidade democrática no Brasil. Para o autor, elas se fundamentam na crescente valorização da democracia pela população, ou seja, “as mudanças recentes na cultura política dos brasileiros criaram [...] as bases sócio-políticas da legitimidade democrática” (Moisés, 1995, p. 270). No entanto, Moisés adverte que os “vícios políticos herdados do autoritarismo” (1995, p. 269) ameaçam a democracia.

Em suas conclusões, Catterberg e Moisés encontram relações de causalidade entre democracia e cultura política. O primeiro sustenta que a rotina democrática seria o principal fator para a constituição da cultura cívica; o segundo, que a cultura política seria preponderante para a estabilização da democracia. Ambos, no entanto, embora em sentidos diversos, compartilham a defesa da necessidade da existência de uma cultura cívica como requisito para a democracia.

Um viés dos estudos sobre cultura política, como os exemplificados acima, é a posição normativa dos autores em relação ao modelo de democracia liberal. Se não se pode pensar em neutralidade científica ou que os autores ou as teorias possam ser isentos, isto não implica a aceitação de suas premissas como naturais ou definitivas. No entanto, um estudo que vise a ir além da aceitação do modelo de cultura cívica deve partir dos conceitos conhecidos, dos trabalhos teóricos e empíricos realizados e dos instrumentos metodológicos disponíveis para procurar construir uma teoria de cultura política adequada às condições da América Latina.

A relação proposta de causalidade entre a necessidade manifesta da cultura cívica como requisito necessário para a democracia, no entanto, entra em contradição com a defesa do modelo democrático e da sua implementação em situações nas quais, em função de

47 “[...] To determine the relationship between culture, and institution on one side and democratic political structure on the other.”

48 “[...] Institutions can influence the creation of habits favoring democratic routines.”

uma cultura política não democrática, a democracia não seria tão provável. A contradição, então, é resolvida através da possibilidade de separação entre cultura política e estrutura política. No entanto, mesmo que Almond e Verba ressaltem que uma cultura política pode ou não ser coerente com a estrutura política, todo o direcionamento de sua análise será no sentido de causalidade.

Assim, por causalidade não se deve entender, neste contexto, uma relação linear, mas uma tendência. Dessa forma, uma dada sociedade com uma cultura política predominantemente participante tenderia a ser democrática; a cultura participante, no entanto, não seria condição suficiente, mas criaria as condições para o apoio necessário para a sustentação do regime democrático. Essa é a armadilha da cultura cívica: uma dada sociedade tenderia a ser democrática unicamente se nela houvesse uma população com essa determinada cultura política. No entanto, a existência dessa determinada cultura política, que seria independente das instituições democráticas, não seria suficiente para que houvesse democracia. Dessa forma, cria-se um paradoxo: a democracia existiria somente se houvesse cultura cívica, que, por sua vez, existe independentemente da democracia e não é por ela constituída. Levada ao limite, a democracia e a cultura cívica seriam inerentes a dadas sociedades, como se fossem fenômenos naturais, sendo impossível o processo de construção de democracia (ou de uma cultura política democrática). Cair nessa armadilha, na verdade uma tautologia, implicaria não apenas aceitar como ideal o modelo de sociedade que os autores de *The Civic Culture* elegeram como democracias, mas, o que talvez seja o mais grave, implicitamente defender a impossibilidade de existência de democracias em outras sociedades.

Para se evitar a armadilha da cultura cívica, deve-se romper com o paradigma de causalidade e rumar para uma outra forma de se estudar a cultura política. Para tanto, deve-se valer dos exemplos de autores que trazem contribuições tanto de fora, quanto de dentro do campo da cultura política, mas principalmente usando o caminho que Almond e Verba trilham: tentar explicar o funcionamento da sua própria sociedade.

Conclusão: um conceito de Cultura Política adequado à América Latina

A necessidade de construção de um conceito de cultura política adequado à América Latina não deve ser entendida como uma resposta ao conceito de cultura cívica de

Almond e Verba, mas uma tentativa de avançar o debate teórico⁴⁹. Nesse sentido, Ruth Lane está completamente correta quando afirma que “[...] if certain weakness were inherent in the early works in political culture, it is not those works – all revolutionary in their day – that are at fault. Rather, the problem lies among the successors, who have failed to improve on what they inherited” (Lane, 1995, p. 364). Trata-se, dessa forma, do resgate da tradição de estudos de cultura política para a compreensão da nossa realidade, com a utilização dos instrumentos disponíveis de forma criativa e, em alguns casos, diversa da usual⁵⁰. Essa necessidade, porém, não é consensual na literatura pertinente, embora autores advoguem a necessidade de ser feita uma adequação dos conceitos originais de cultura política, tornando-os mais próximos da realidade latino-americana (Turner, 1995).

A conclusão semelhante chegaram Brown e Gray (1979), em outro contexto, ao estudar, com seus colegas, na década de 70, a política dos países do leste europeu. Concluíram que há a necessidade de serem incorporados aspectos que contemplem as crenças e valores subjetivos sobre o conhecimento e as expectativas políticas, que são produto da experiência histórica das nações e dos grupos políticos. Em outras palavras, como argumenta Street (1993), não basta serem verificadas as atitudes e as opiniões políticas de determinada sociedade para que se compreenda adequadamente o papel que a cultura política exerce sobre a ação política⁵¹.

Essa preocupação também pode ser verificada entre autores latino-americanos. Marcello Baquero, José Joaquín Brummer, Fabián Echegaray ou mesmo Amaury de Sousa e Bolívar Lamounier, entre outros, são exemplos de tentativas de se estudar a cultura política da América Latina além da visão encontrada em *The Civic Culture*. Com outros objetivos, mas abrindo caminhos para estudos de cultura política mais voltados para a nossa realidade, podem ser citados Schwartzman (1988) ou ainda Faoro (1987), que, com diferentes enfoques, objetivos e conclusões, dão elementos para que se possa entender como os fatores da formação política, econômica e social do Brasil afetam as atitudes políticas nos dias de hoje

49 Em certa medida, a construção do conceito reforçaria as intenções dos autores fundadores da cultura política, pois, como afirma Gabriel Almond, “political culture is not a theory; it refers to a set of variables which may be used in the construction of theories” (Almond, 1989, p. 26).

50 Turner (1995, p. 214) constata que doutorandos latino-americanos que estudam nos Estados Unidos têm aberto novos campos de análise através do estudo de “issues that the designers of those instruments did not have in mind”.

51 “The behavioural view of political culture used by Almond and Verba is inadequate both as an account of how works and how it may explain political action”. (Street, 1993, p. 113).

(Baquero, 1994a; 1994b; 2000; Baquero; Prá, 1992; Echegaray, 1989; Souza; Lamounier, 1989; Brummer, 1987; Schwartzman, 1988; Faoro, 1987).

Pode-se, inclusive, argumentar, como Street (1993), que o modelo comportamentalista de Almond e Verba é inadequado tanto para explicar como a política funciona, como para explicar a ação política propriamente dita. Assim, o conceito de cultura política, que foi originado a partir de uma concepção normativa de sociedade baseada em um determinado tipo de experiência histórica vivenciada por determinados países, deve ser ampliado. O conceito original, além de ser etnocentrista, não consegue dar conta das realidades não consideradas no *The Civic Culture*. Mas, se as proposições de Almond e Verba não contemplam as inúmeras realidades, inauguraram uma nova forma de analisar e explicar a política. A partir daí, a evolução do debate teórico sobre o tema, bem como a possibilidade e a disseminação de novos estudos empíricos, permitiu que hoje se possa falar em uma teoria de cultura política que vai além da classificação proposta em 1963. Dessa forma, em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída *a priori*, os estudos de cultura política devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas.

Uma pista de um conceito a ser gerado pode ser encontrada no trabalho consagrado de Brown e colegas. Os autores se referem à “percepção subjetiva da história e da política, as crenças e valores fundamentais, os focos de identificação e de lealdade e o conhecimento e expectativas políticas que são produtos da experiência histórica específica de nações e de grupos”⁵² (Brown, 1979, p. 1). Não se trata, por óbvio, de uma novidade, uma vez que mesmo *The Civic Culture* possui, em certa medida, uma contextualização histórica. A novidade não se dá no conceito, mas no trabalho propriamente dito, que incorpora estudos de natureza histórica aos de comportamento político.

Paradoxalmente, será no *The Civic Culture* que se encontrará o caminho a ser seguido para avançar na formulação de uma concepção latino-americana de cultura política. Almond e Verba se valem do desenvolvimento histórico da Inglaterra e dos Estados Unidos e do comportamento e das atitudes políticas de suas populações para fundamentar o seu

52 “[...] the subjective perception of history and politics, the fundamental beliefs and values, the foci of identification and loyalty, and the political knowledge and expectations which are the product of the specific historical experience of nations and groups.”

conceito de cultura cívica. A mesma estratégia pode ser utilizada no contexto da América Latina, contanto que não se incorra no erro dos autores fundadores: o de construir um conceito normativo e etnocêntrico. Por outro lado, deve-se ir além da proposta de relação de causalidade (independente da direção) entre cultura política e estrutura política, procurando incorporar também variáveis de natureza econômica e social como constituintes e resultado da cultura política. Além disso, não se deve impor uma forma de estrutura sociopolítica como o objetivo da sociedade. Este processo levaria necessariamente à eleição de um modelo de cultura política, o que implicaria cair na armadilha da cultura cívica às avessas. Por fim, o conceito deve ser mais explicativo que normativo, permitindo, a partir dos casos estudados, a sua aplicação em outras realidades latino-americanas e a comparação com outras regiões.

A proposta de cultura cívica de Almond e Verba peca pelo etnocentrismo, ou seja, pela afirmação de que a cultura política encontrada na Inglaterra e nos EUA é o tipo de cultura democrática. O erro maior está na definição *a priori* de que aquelas sociedades são democracias, bastando apenas conhecer quais as atitudes das suas populações para determinar a “cultura cívica”. Como se viu, a maior parte dos autores defende a existência de uma relação entre democracia e cultura política, ou, de maneira mais genérica, existe relação entre atitudes e instituições políticas. Se pensarmos a sociedade como uma construção humana, em que instituições e cultura são formadas durante séculos, faz sentido pensar nessa relação. No entanto, os estudos divergem quanto à direção dessa relação, sendo que na maioria deles cultura política indica que a relação se dá no sentido cultura política – instituições. Em outras palavras, uma cultura política democrática conduziria à democracia.

Assim, se considerarmos que essa relação está correta, como relacionar democracia com cultura política? Ou seja, parece que a questão não está em discutir se a cultura política implica a existência de democracia, mas, especificamente, **qual cultura política implica qual democracia**. Assim, o problema central não está em aceitar que uma determinada cultura política facilita ou cria as condições para a existência de democracia, mas discutir **qual** democracia se deve (ou, no limite, se pode) construir. Russel Dalton foi preciso ao colocar que

To move the field [of Political Culture] ahead, now is the time to ask additional questions. For instance, is there is but one ‘civic culture’ that is congruent with the working of a democratic system. Experience would suggest that there are a variety of ‘democratic’ cultures, as well as ways to define culture, which requires mapping and further studies. (Dalton, 1998, p. 341).

Fundamentalmente, o modelo heurístico de Almond e Verba estava correto: ao aceitarem ou partirem do pressuposto de que o tipo de democracia norte-americana deveria ser utilizado como modelo e passarem unicamente a verificar empiricamente quais seriam as atitudes correspondentes da população, estariam consolidando o conceito e compreensão de democracia que defendem. Usaram um caminho dedutivo a partir de um conceito de democracia que sequer se preocuparam em explicitar, tratado como “natural”. Se usarmos um caminho indutivo, tomando como premissa as características da “cultura cívica”, chegaremos à conclusão de que não há premissas culturais para a democracia na América Latina (bem como na maioria esmagadora dos países do planeta, por terem vivido uma experiência histórica diferente da dos países que viram surgir a democracia...). Se usarmos novamente um caminho dedutivo, tomando como premissa a “democracia” existente, por exemplo, no Brasil, encontraremos as suas características, mas isso não será em nada explicativo: apenas elucidativo. Mais uma vez, o problema central parece ser teórico, no sentido de conceituar devidamente democracia. Caso contrário, parece que teremos que aceitar que não existe relação entre cultura política e instituições, o que tornaria inócuo o próprio campo da cultura política.

Uma série de pressupostos tem que ser considerada para se formular um conceito de cultura política que seja compatível com a América Latina. Em relação às premissas, antes de haver a preocupação com a aplicação de um determinado modelo de cultura (a cultura cívica, por exemplo), deve-se partir para o conhecimento da realidade dos países latino-americanos. Nesse sentido, o uso do instrumental da cultura política deve ser mais indutivo, ou seja, procurar conhecer a realidade das sociedades, que dedutivo, aplicar um conceito determinado. Isso não implica um menosprezo à teoria, mas a constatação de que falta acúmulo de pesquisas empíricas entre nós (especialmente pesquisas comparativas).

Um conceito de cultura política para a América Latina tem que considerar as particularidades da nossa formação histórica. Atitudes de moderação, por exemplo, não podem ser esperadas em uma sociedade profundamente dividida. Da mesma forma, participar de protestos pode ser uma forma legítima de oposição a governos que sequer procuram resolver os problemas da população. Cabe mais uma vez conhecer a formação histórica dos diversos países e confrontar com as atitudes políticas, para ser verificado se há congruência entre elas, nos termos de Eckstein (1966).

Diferentemente dos países de tradição protestante, a participação na comunidade não é uma característica das sociedades latino-americanas. Neste sentido, o modelo de Wildavsky (1987) pode ser útil por abrir espaços para estudos de caráter qualitativo, em que se procure conhecer como os grupos sociais interagem na América Latina.

Em suma, não se trata de unicamente conhecer as atitudes ou orientações políticas em relação ao sistema político (Almond; Verba, 1989a), mas de reconhecer que os sistemas políticos dos países da América Latina possuem histórias, dinâmicas e tradições que devem ser resgatadas para que se construam alternativas sociais, políticas e econômicas.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, Gabriel A. *A discipline divided: schools and sects in political science*. Newbury Park: Sage, 1990.
- _____. “Comparative political systems.” *The Journal of Politics*. N. 18, p. 391-409, 1956.
- _____. “The intellectual history of the civic culture concept.” In: ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney (Eds.). *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989. p. 1-36.
- ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. Newbury Park: Sage, 1989a.
- _____. (Eds.). *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989b.
- BADIE, Bertrand. *Culture et politique*. Paris: Economica, 1993.
- BAQUERO, Marcello. “A dimensão atitudinal como requisito para a consolidação democrática: notas de pesquisa sobre instituições e cultura política no Rio Grande do Sul.” *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo. V. 30, n. 138, jul./ago. 1994a, p. 93-109.
- _____. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.
- _____. “Opinião pública e pesquisas eleitorais.” In: CAMINO, Leôncio; LHULLIER, Louise; SANDOVAL, Salvador (Orgs.) *Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997, p. 57-68 (Coleção Ensaio).
- _____. “Uma avaliação da evolução da cidadania na América Latina: os custos sociais e políticos do Estado neo-liberal.” *Abeh*. V. 4, 1994b, p. 271-282.
- BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. “A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política.” In: BAQUERO, Marcello (Org.) *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996, p. 11-39.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. “Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal.” *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo. V. 28, 1992.
- BARNARD, F. M. “Culture and political development: Herder’s suggestive insights.” *The American political science review*. V. 63, n. 2, Jun. 1969, p. 379-397.

- BILL, James E.; HARDGRAVE JR., Robert. *Comparative politics: the quest for theory*. Ohio: Charles Merrill, 1973.
- BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchel A. "The political culture of authoritarianism in Mexico: a reexamination." *Latin American Research Review*, Vol. 19, n. 1, 1984, p. 106-124.
- BRINT, Michael. *A genealogy of political culture*. Boulder: Westview Press, 1991.
- _____. "Sociological analysis of political culture: an introduction and assessment." In: WEIL, Frederick D.; GAUTIER, Mary (Eds.) *Political culture and political structure: theoretical and empirical studies*. Greenwich, CO: Jai Press, 1994. (Research on democracy and society. V. 2).
- BROWN, Archie (Ed.) *Political culture and communist studies*. London: McMillan, 1984.
- BROWN, A.; GRAY, J. (Eds.) *Political culture and political change in communist states*. New York: Holmes & Meier, 1979.
- BRUMMER, José Joaquín. « América Latina entre la cultura autoritaria y la cultura democrática: legados y desafíos. » *Revista Paraguaya de Sociología*. Ano 24, n. 70, dez. 1987, p. 7-15.
- CASTRO, Henrique Carlos de O. de. *A democracia em cheque: um estudo de cultura política entre os porto-alegrenses*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. (Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- _____. "Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa da explicação do comportamento político não-democrático." In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de O. de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Orgs.) *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre/Canoas: Editora da Universidade/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998, p. 30-49.
- CATTERBERG, Edgardo. *Argentina confronts politics: political culture and public opinion in the argentine transition to democracy*. Boulder: Lyenne Rienner, 1991.
- CHILCOTE, Ronald H. *Theories of comparative politics: the search for a paradigm reconsidered*. Boulder: Westview, 2.ed., 1994.
- DAHL, Robert A. *After revolution: authority in a good society*. Revised edition. New Haven: Yale University Press, 1990a.
- _____. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.
- DALTON, Russell J. "Comparative politics: micro-behavioral perspectives." In: GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter. *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 336-352.
- DIAMOND, Larry (ed.) *Political culture and democracy in developing countries*. Boulder: Lyenne Rienner, 1993.
- DIAMOND, Larry; LINZ J. Juan. "Politics, society, and democracy in Latin America." In: DIAMOND, Larry; LINZ J. Juan; LIPSET, Seymour Martin (Eds.) *Democracy in developing countries*. Boulder: Lyenne Rienner, 1989. (V. 4: Latin America).
- ECHEGARAY, Fabián. "Impávidos ante la democracia: la subjetividad política argentina." *Nueva Sociada.*, N. 101, mayo/jun. 1989, p. 41-48.
- ECKSTEIN, Harry. *Division and cohesion in democracy: a study of Norway*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

- ELKINS, David J.; SIMEON, Richard E. B. "A cause in search of its effect, or what does political culture explain?" *Comparative politics*. N. 11, 1979, p. 127-45.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Selections from the prison notebooks*. New York: International Publishers, 1995.
- GRANSOW, Volker. "Political culture and communist studies." *Contemporary Sociology*. V. 17, n. 5, 1988, p. 632-3 (Book Review).
- GUARDIANO, John J. *Recasting the concept of political culture: a non-cultural approach*. Boston: Boston Graduate School, 1995. (Ph.D. Dissertation).
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- _____. *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- _____. "The renaissance of political culture." *American Political Science Review*, V. 82, 1988, p.1203-1230.
- LANE, Ruth. "Political culture: residual category or general theory?" *Comparative political studies* V. 25, n. 3, Oct. 1992, p. 362-87.
- LAZARFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. *El pueblo elige: estudio del proceso de formación del voto durante una campaña presidencial*. Buenos Aires: Ediciones 3, 1964 (Colección hombre y sociedad).
- LIPMAN, Walter. *Public opinion*. New York: Free Press, 1997.
- LOWENTHAL, Abraham F. *Exporting democracy: the United States and Latin America*. Baltimore/London: John Hopkins University Press, 1991.
- LOWI, Theodore J. "O Estado e a Ciência Política ou como nos convertemos naquilo que estudamos." *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. N. 38, 2. semestre, 1994, p. 3-14.
- MEYNAUD, Jean; LANCELOT, Alain. *As atitudes políticas*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.
- MULLER, Edward N.; SELIGSON, Mitchel A. "Civic culture and democracy: the question of causal relationships." *American Political Science Review*. V. 88, n.3, 1994, p. 635-652.
- PATEMAN, Carole. "The civic culture: a philosophic critique." In: ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney (Eds.) *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989, p. 57-102.
- RENNÓ, Lúcio. "Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes." *BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*. N. 45, 1. semestre, 1998, p. 71-92.
- SCHWARTZMAN, Simon. *As bases do autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Campus, 1988.
- SCHWARZ, Norbert; GROVES, Robert M.; SCHUMAN, Howard. *Survey Methods*. Ann Arbor: SMP/ISR/University of Michigan, 1995 (Working Papers Series 30).
- SEILER, Daniel-Louis. *Comportement politique comparé*. Paris: Economica, 1985.

- SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. "A feitura da nova Constituição: um reexame da Cultura Política brasileira." *Planejamento e políticas públicas*. N. 2, dez. 1989, p. 17-38.
- STOREY, John (Ed.) *What is Cultural Studies: a reader*. London/New York: Arnold, 1996.
- STREET, John. "Review Article: Political Culture – from civic culture to mass culture." *British Journal of Political Science*. N. 24, 1993, p. 95-114.
- TIANO, Susan. "Authoritarianism and political culture in Argentina and Chile in the mid-1960's." *Latin American Research Review*. V. 21, n. 1, 1986, p. 73-98.
- TURNER, Frederick C. "Reassessing political culture." In: SMITH, Peter H. *Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis*. Boulder: Westview, 1995, p. 195-224.
- VERBA, Sidney. "On revisiting the Civic Culture: a personal postscript." In: ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney (Eds.) *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989, p. 394-410.
- WEIL, Frederick D.; GAUTIER, Mary (Eds.) *Political culture and political structure: theoretical and empirical studies*. Greenwich, CO: Jai Press, 1994 (Research on democracy and society, V. 2).
- WELCH, Stephen. *The concept of political culture*. New York: San Martin's, 1993.
- WHITEHEAD, Laurence. "The imposition of democracy." In: LOWENTHAL, Abraham F. *Exporting democracy: the United States and Latin America*. Baltimore/London: John Hopkins University Press, 1991, p. 356-82.
- WIATR, Jerzy J. "The civic culture from a marxist-sociological perspective." In: ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney (Eds.) *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989, p. 103-123.
- WILDAVSKY, Aaron. "Choosing preferences by constructing institutions: a cultural theory of preference formation." *The American political science review*. V. 30, n. 1, mar. 1987, p. 3-22.
- WILSON, Richard W. *Compliance ideologies: rethinking political culture*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- WRIGHT MILLS, C. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 1967.